Coordenação Nacional de Lutas - Fenajufe

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD nossa luta faz acontecer

Quinta-feira, 23 de julho de 2009 - Número 352 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Servidores aprovam luta em defesa do Plano de Carreira, Cargos e Salários

Em uma assembléia histórica, com o auditório do sindicato lotado, os servidores aprovaram a luta pelo Plano de Carreira da categoria e elegeu os delegados para participar da reunião ampliada da Fenajufe. Foram aprovadas também resoluções que serão apresentadas na reunião ampliada.



Jesus Carlos

Servidores aprovam resoluções para ampliar luta em defesa da carreira

Estão as abertas as inscrições para a 6ª Copa Sintrajud de Futebol - *Página 04*



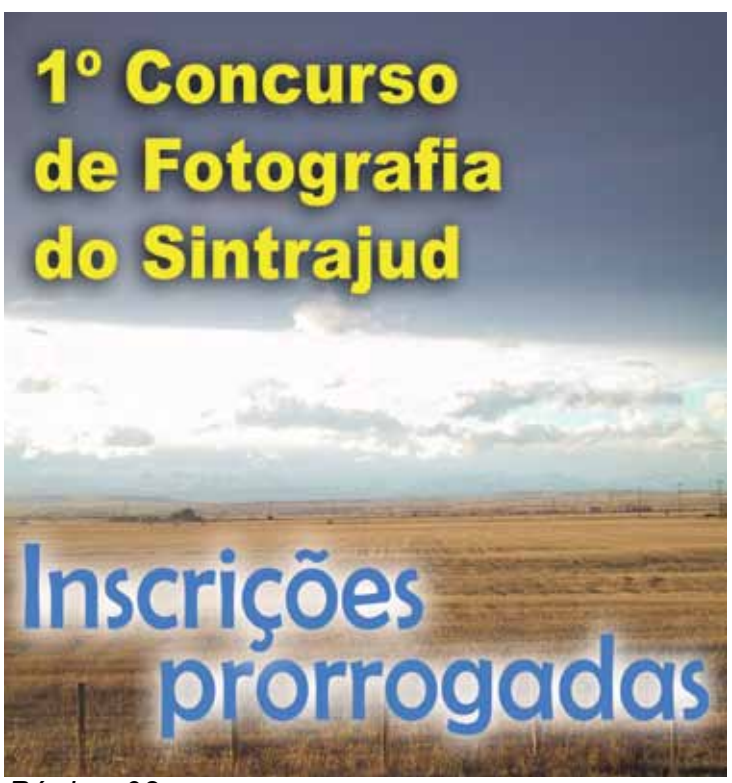
Servidores votam campanha contra perseguição ao diretor do Sintrajud e servidor do TRE Démerson Dias - *Página 04*

***

Conheça a história da servidora que participou de todas as lutas da categoria - *Página 04*

***

14 DE AGOSTO,
DIA NACIONAL DE LUTAS



Página 02

Opinião do Sintrajud

Contra a criminalização dos movimentos sindical e popular

A greve é uma das principais formas de luta do trabalhador mostrar sua indignação e lutar por seus direitos. É um instrumento historicamente utilizado, principalmente, diante de decisões que vêm de cima, dos patrões e, no caso, dos servidores, dos governos e administrações. Com a ausência de diálogo, o direito de fazer greve, de se manifestar, colar cartazes, falar ao microfone, entre outras ações são as únicas armas dos trabalhadores para se proteger, resguardar seus direitos.

Mas para surpresa de todos, uma semana antes da greve, uma liminar do STJ condenou a federação dos previdenciários a multa diária de R$ 100 mil, caso a greve fosse deflagrada. Ainda assim, o movimento resistiu por cerca de um mês. Não faltaram repressão aos piquetes e interditos proibitórios. Este instrumento do Direito Civil, que foi criado para proteger a posse ameaçada, tem sido constantemente utilizado para reprimir e criminalizar o direito de greve.

O GOVERNO FEDERAL MOSTROU DE QUE LADO ESTÁ. TEREMOS QUE MOSTRAR QUE SOMOS FORTES E UNIDOS

Se esse direito não for garantido, voltaremos aos períodos sombrios da ditadura, onde as vozes eram caladas violentamente.

Causa assombro, a violência contra manifestantes, seja de movimentos grevistas, sociais ou estudantis, estar sendo massivamente utilizada. Além da repressão policial, que atira bombas, prende e chega a matar, o governo está utilizando a "Justiça". São inúmeros os casos. No movimento sindical, temos a greve dos trabalhadores da Previdência e da Saúde.

Eles decidiram iniciar a greve no dia 16 de junho contra a ampliação da carga de trabalho, de 30 horas semanais, garantida há 25 anos, para 40 horas, e contra a implantação de avaliação de desempenho, que traz várias mazelas, como o foco em números e o desestimulo ao trabalho coletivo, ao incentivar a competitividade.

Outro caso recente foi a violência utilizada pela PM para reprimir manifestação pacífica de estudantes, professores e trabalhadores da USP. Há ainda muitos outros fatos, como as demissões de dirigentes sindicais ou a política de isolá-los em locais de trabalho esvaziados e distantes para não "contaminar" os outros trabalhadores, como o caso do diretor do Sintrajud e servidor do TRE, Démerson Dias.

Assim, criam uma campanha para calar trabalhadores, ativistas, estudantes. Todos que se indignarem. O governo federal, alinhado a empresários, mostrou de que lado está. Diante do quadro, teremos que mostrar que somos fortes e unidos para defender nossos direitos e avançar nas nossas conquistas, como a Carreira. A mobilização já começou. Dia 14 de agosto, deverá ser a primeira amostra disso.

Idéias

Por creches em período integral, gratuita e de qualidade

Janaina Rodrigues*

A luta pela garantia e ampliação da licença maternidade é uma bandeira histórica das mulheres trabalhadoras. Sabemos que o direito à maternidade, na realidade, é negado às mulheres pobres, pois o Estado não garante o mínimo necessário como assistência médica, licença maternidade e creches em período integral.

A garantia de licença maternidade de no mínimo seis meses deve ser assegurada a todas as trabalhadoras, sem nenhum benefício à patronal, garantida pelo Estado e estendida aos pais, que devem fazer parte da educação dos filhos. É necessário ainda ampliar o número de creches e garantir de fato o direito à maternidade à mulher trabalhadora, com ampliação de empregos, salário igual para trabalho igual, garantia de saúde e educação de qualidade, congelamento dos preços dos alimentos e aumento dos salários.

Hoje, mais de 60% das mulheres que trabalham estão localizadas nas pequenas e médias empresas e ou empregos precarizados e não têm o direito a licença maternidade. E no mercado de trabalho formal, grande parte das mulheres têm somente 4 meses de licença maternidade, sendo que de acordo com a Organização Mundial de Saúde o tempo mínimo necessário é de seis meses.

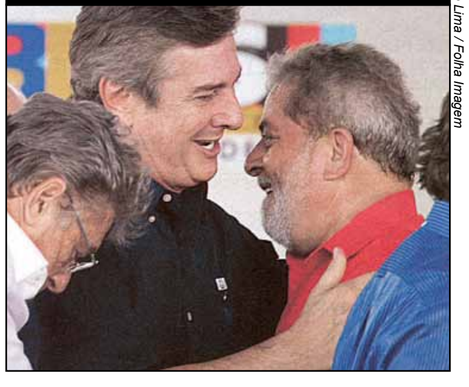
O projeto aprovado na Câmara é na verdade uma ilusão, pois não garante a obrigatoriedade da licença maternidade de seis meses para as mulheres, traz embutido a isenção fiscal, ou seja, benefícios à patronal e a flexibilização de direitos, pois está sujeito à negociação entre trabalhadoras. Além disso, as mulheres que trabalham nas pequenas e médias empresas, não terão direito ao benefício, as do setor informal não são sequer citadas, apesar de serem a grande maioria.

O aumento da licença maternidade deve ser um direito garantido a todas as trabalhadoras, sem nenhum benefício à patronal, garantida pelo Estado e estendida aos pais, que devem fazer parte da educação dos filhos. É necessário ainda ampliar o número de creches e garantir de fato o direito à maternidade à mulher trabalhadora, com ampliação de empregos, salário igual para trabalho igual, garantia de saúde e educação de qualidade, congelamento dos preços dos alimentos e aumento dos salários.

Janaina Rodrigues é dirigente da Apeoesp e da secretaria de Mulheres da Conlutas

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Imagem da Semana



Sergio Lima / Folha Imagem

Frases

De Hoje:

"Eu quero fazer justiça ao comportamento do senador Collor e do senador Renan Calheiros, que têm dado uma sustentação muito grande aos trabalhos do governo no Senado", **do presidente Lula,** em Alagoas, tudo em nome para garantir uma forte base para abafar a CPI da Petrobras.

"Temos de tapar o nariz e aceitar tudo em nome da candidatura da ministra Dilma. Já demos tudo para o PMDB. Até quando temos de continuar de joelhos? **Domingos Dutra, deputado federal (PT-MA),** criticando o apoio de Lula a Sarney, que está atolado em denúncias de corrupção.

"É melhor atingir um inocente do que hesitar em apontar para um inimigo", instrução dada aos soldados de Israel antes da invasão da Faixa de Gaza, em janeiro, segundo o grupo ativista israelense **Quebrando o Silêncio.**

De Ontem:

"A educação modela a alma e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais". **Paulo Freire**

Estão as abertas as inscrições para a 6ª Copa Sintrajud de Futebol

Estão abertas as inscrições para a 6ª Copa Sintrajud de Futebol. Para se inscrever, basta preencher formulário disponível no site do sindicato e depois enviá-lo por fax (11 3222-0608), email (sociocultural@sintrajud.org.br) ou entregar pessoalmente.

De acordo com o diretor do Sintrajud e um dos coordenadores do evento, Eliseu Trindade, o campeonato tem como objetivo principal "promover a integração e congraçamento dos servidores públicos federais, estagiários e terceirizados do TRF, TRT, TRE, JF, Cartórios Eleitorais e Justiça Militar".

O prazo para inscrição encerra-se no dia 30 de julho. Veja regulamento para participar do campeonato em www.sintrajud.org.br

Prazo de inscrição do 1º Concurso de Fotografia do Sintrajud foi prorrogado

O Sindicato prorrogou as inscrições do 1º Concurso de Fotografia do Sintrajud até 31 de julho, portanto os servidores ainda têm tempo para participar.

Com o tema "Lugares", o concurso tem o objetivo de estimular a criatividade, a capacidade de observação e a sensibilidade para o elemento natural.

O candidato deve ser sócio da entidade e pode inscrever até duas fotos, impressas em papel fotográfico, em tamanho 20 cm x 25 cm, tiradas com máquinas digitais ou analógicas.

Os três primeiros colocados serão premiados com máquinas fotográficas Sony, além de participar do calendário 2010 do Sintrajud, participação que se estende aos 14 primeiros colocados.

Qualquer dúvida ou maiores informações entre em contato com o Departamento Sociocultural das 12h às 20h: (11) 3222-5833.

Mobilização

Assembléia lotada aprova a defesa do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores

Os servidores elegeram também 13 delegados e seis observadores para participar da reunião que vai definir a proposta de Carreira da categoria

No último sábado, dia 18, o auditório do Sintrajud ficou pequeno para o grande número de servidores que compareceu à assembléia geral que aprovou a defesa intransigente do Plano de Carreira, Cargos e Salários votado na XV Plenária Nacional da Fenajufe, realizada em junho, em Manaus.

A Assembléia elegeu também os delegados que vão participar da reunião ampliada da Fenajufe, em Brasília, que vai discutir com os outros Sindicatos as resoluções aprovadas. Demonstrando unidade e disposição de luta, os servidores aprovaram por unanimidade as resoluções que serão encaminhadas à reunião ampliada. Outro ponto que foi consenso entre os presentes foi que tanto a proposta dos diretores-gerais quanto a da Comissão Interdisciplinar não contempla as reivindicações dos servidores (ver a íntegra dos dois projetos em www.sintrajud.org.br).

A postura dos representantes dos servidores na Comissão Interdisciplinar, Ramiro Lopez (Fenajufe) e Roberto Policarpo (Sindjus/DF) de votar uma proposta que não foi discutida com a categoria, também foi duramente criticada.

O diretor da Fenajufe e servidor do TRF, Cláudio Klein, ressaltou que o projeto que a categoria está defendendo demorou muitos anos para ser elaborado e foi fruto de um intenso debate na base. "Não podemos permitir que representantes dos trabalhadores aceitem propostas que são um ataque aos oficiais de justiça e aos agentes", disse, para lembrar que a "categoria não quer só dinheiro, as pessoas querem melhores condições de trabalho e nosso projeto visa isso".

Também crítico com relação as duas propostas, o diretor do Sintrajud e oficial de justiça, Erlon Sampaio, disse que as duas propostas têm como objetivo dividir os servidores e isolar os oficiais e agentes. "Não podemos cair nessa armadilha. Os representantes dos trabalhadores não poderiam aceitar qualquer proposta que não fosse a aprovada pelo conjunto da categoria", destacou.

A proposta de aumentar as gratificações em detrimento do vencimento básico, contido nas duas propostas, também foi criticado na assembléia. Segundo a diretora Maria Cecília, os servidores alcançaram um vencimento básico mais encorpado graças a muita luta. Esses projetos acabam com o equilíbrio entre vencimento básico e gratificações que temos hoje. Para a diretora do Sintrajud e servidora do TRF, Ana Luiza Figueiredo, os servidores não querem só dinheiro, querem viver melhor. Ter melhores condições de trabalho: "O nosso projeto não é perfeito, mas é o melhor dentre todos que foram apresentados."

Para o servidor da JF de Santos Adilson Rodrigues, o Plano de Carreira não pode ser só uma tabela. "Os salários melhoram, mas a que preço? Nós sabemos nosso valor e queremos acabar com os penduricalhos. Queremos aumento e também melhores condições de trabalho".

Na avaliação da diretora do Sintrajud Leica Silva, o projeto que a categoria deve defender é o que foi debatido em todas as suas instâncias. "A proposta da categoria é muito melhor: contempla aumento e é mais profunda do que as propostas da comissão e dos DGs", disse.



Jesus Carlos

Servidores debateram carreira durante todo o dia

Delegados à Plenária

Os delegados são: Ana Luiza Figueiredo, Adilson Rodrigues, Erlon Sampaio, Démerson Dias, Inês Leal, Cleber Borges, Eliseu Trindade, Leica Silva, Angélica Olivieri, Ana Fevereiro, José Carlos Sanches, Maria Cecília e Ivo Faria. Como observadores: João Evangelista, Sidney Viana, Silvio Natal, Tarcisio Ferreira, Luiz Fernando Pasin, o Gaucho e Ronald Fumagali.

Resoluções

Ao final, a categoria aprovou resoluções para impulsionar a luta em defesa da Carreira:

1 - Defender a proposta de Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovada pela categoria na XV Plenária da Fenajufe, realizada em junho em Manaus. Os servidores consideram essa a melhor proposta, pois além do aumento salarial, garante os direitos e melhores condições de trabalho;

2 - Aprovar o manifesto do Movimento Luta Fenajufe sobre a defesa do Plano de Carreira. O manifesto foi assinado por 11 sindicatos do Judiciário, que reivindicam a defesa da proposta da categoria;

3 - Desautorizar os representantes da Fenajufe na Comissão Interdisciplinar de fazer qualquer acordo sobre o Plano de Carreira que não seja o que foi discutido e aprovado pela categoria na XV Plenária da Fenajufe; caso contrário que sejam substituídos na comissão;

4 - Defender a antecipação da reunião ampliada da Fenajufe para que os servidores tenham mais tempo para se organizar na luta para garantir aumento de salário, direitos e emprego;

5 - Valorização do vencimento base em detrimento das gratificações. O projeto da categoria é o único que prevê aumento do vencimento básico, nas duas propostas (DGs e Comissão) as gratificações têm um peso de mais de 60% na remuneração.

6 - Defesa do emprego. O governo quer usar a avaliação para demitir. Os servidores devem continuar firmes na luta pelo emprego;

7 - Defesa da paridade entre ativos e aposentados. Essa é uma luta histórica, cuja garantia só está prevista no projeto da categoria. Tanto os DGs quanto a comissão quebram a paridade quando colocam que é preciso observar a legislação previdenciária;

8 - Chamar mobilização com as reivindicações dos servidores do Judiciário Federal. Ficou claro na assembléia que o projeto da categoria só será vitorioso através de muita luta.



Jesus Carlos

Servidores votam as resoluções

PREPARAR O DIA 14 DE AGOSTO, COMO O DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO JUDICIÁRIO. ESSA DEVE SER A PRIMEIRA GRANDE MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS.

Em defesa da liberdade sindical

TRE transfere diretor do Sintrajud e ataca atividade sindical

Em assembléia, servidores aprovam uma campanha contra arbitrariedade da Administração

Na assembléia de sábado os servidores também aprovaram uma campanha contra a Administração do TRE pela perseguição ao diretor do Sintrajud e servidor daquele tribunal Démerson Dias, que foi um dos principais elaboradores do Plano de Carreira da categoria.

Démerson estava liberado para cumprir mandato sindical e quando voltou ao local de trabalho, no mês passado, foi surpreendido com a sua transferência do prédio do TRE da Dr. Falcão para o Cartório da 3ª Zona Eleitoral.

Além da diferença na quantidade de servidores entre os dois prédios (na 'Falcão' trabalham cerca de 150 servidores enquanto do Cartório, seis) frequentemente o Sintrajud recebe reclamações em relação ao prédio da Dr. Falcão.

As quedas de energia são constantes e os elevadores sempre apresentam defeitos, o ar condicionado não funciona (por um erro no dimensionamento elétrico) causando calor excessivo e barulho demasiado, por conta das janelas abertas. Como se isso fosse pouco, o prédio está infestado de baratas e outros insetos.

No que diz respeito a esses itens, conforme decidido em assembléia, o Sintrajud está preparando requerimento ao Contru (departamento de controle de uso de imóveis, ligado à prefeitura) questionando as condições de segurança do prédio.

Para a administração ter atacado o Sindicato dessa forma, as condições de segurança devem estar mais precárias do que aparentam. "O TRE, mais uma vez age com cerceamento, mas isso não nos intimidará, ao contrário, nos deixa mais dispostos em lutar por melhores condições de trabalho", afirmou Démerson Dias.

O Sintrajud solicitou o retorno do diretor ao seu local de trabalho por meio de um requerimento administrativo, baseado no impedimento de deslocamento de dirigente sindical, estabelecido pelo artigo 240 da lei 8.112/90.

Na opinião de Maria Cecília Pereira, diretora do Sintrajud e servidora do TRE, o ato da Administração é arbitrário e inviabiliza o trabalho de base do Sindicato. "Ao tirar um diretor sindical de um local com mais servidores, a administração desampara os trabalhadores que sofrem com o assédio moral, as péssimas condições de trabalho e a falta de segurança", disse.

"É inconcebível que um diretor seja exilado num cartório, sem acesso às informações da categoria justamente quando estamos iniciando as mobilizações pelo Plano de Carreira", afirmou.



Démerson, que está sendo perseguido pela Adm. do TRE

Jesus Carlos

Homenagem

Servidora comemora a aposentadoria e relembra os anos de luta

Rosa Moroso participou de todas as lutas e greves da categoria

Foram 15 anos e quatro meses de tribunal e finalmente chegou o dia da tão sonhada aposentadoria. Rosa Maroso trabalhou na biblioteca do TRF até o dia 30 de junho, quando, com uma confraternização, despediu-se de seus colegas. Não que pense em não os ver mais. Segundo Rosa, nas lutas ela sempre estará presente.

Além dos anos que passou entre os livros e prateleiras da biblioteca, Rosa esteve em todas as greves da categoria. Três PCSs, 'reforma' da Previdência, atos por questões específicas, ela sempre estava lá. "A primeira foi a do PCS-1, eu estava em estágio probatório e nem por isso deixei de participar. Mesmo depois de 1996, quando recebi uma FC, nunca deixei de estar presente", disse.

Momentos marcantes

Rosa entrou no Judiciário no primeiro concurso do TRF, que ocorreu em 1988. Ela foi nomeada no final de 1993 e no dia seguinte o concurso caducou. Rosa conta que a recepção no primeiro dia de trabalho não foi das melhores, ela pensou até em desistir. Já na primeira greve, a primeira impressão ficou marcada em sua memória: "Foi maravilhosa, o pessoal fazia piquete na porta. Fomos para Brasília no bate e volta".

Outro momento que ficou para história foi a mobilização pelo PCS-3, que durou dois meses. "Mantivemos a greve até o final, apenas São Paulo continuou", afirma. Mas Rosa diz deixar o tribunal com a impressão de que os funcionários estão mais acomodados. "Tudo bem que tem a pressão do tribunal. Mas eu sempre disse isso, apesar de na biblioteca não sofrermos pressão de chefia para parar ou não, conosco era uma questão fechada, a chefia querendo ou não, a gente ia para greve".

Direitos e conquistas

Para Rosa, os direitos dos servidores "encolheram" muito nos últimos anos, mas poderia ser bem pior se a categoria não tivesse se mobilizado. "Tivemos mudanças na Previdência, a demanda aumentou muito. Mas se a gente suou para poder se aposentar numa condição melhor, foi graças a essas conquistas, porque a gente podia estar numa situação bem pior". Sobre o que vem pela frente, Rosa alerta: "Pelos noticiários, a tendência é, sempre, retirar direitos dos trabalhadores. Já se fala até em uma nova reforma da Previdência". Por isso, ela afirma que os servidores têm que estar preparados e com um Sindicato forte que continue dando o respaldo cada vez mais necessário.

Mas Rosa levará junto com a aposentadoria, um outro tipo de conquistas: as amizades. É com carinho que ela se despede de seus amigos, como Cleide Figueiredo, sua primeira amiga no tribunal. No segundo dia de trabalho elas foram apresentadas. Rosa foi dividir uma mesa com Cleide, que, gentilmente, a cedeu uma gaveta. "A Rosa sempre topou tudo, participava e puxava todos para ir à luta. Sempre lutou pela categoria e espero que continue lutando", diz Cleide, já com saudades da amiga.

Leia a íntegra em: www.sintrajud.org.br.


Rosa (a esquerda) comemora aposentadoria

Jesus Carlos

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000